

Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 7, de 2023

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)**Iniciativa:****Ementa:**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PDL 32/2023, que “susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023, que revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020”.

Assunto: -**Data de Leitura:** -

Tramitação encerrada

Decisão: -**Último local:** 15/03/2023 - Comissão de Assuntos Sociais**Destino:** -**Último estado:** 13/04/2023 - REQUERIMENTO PREJUDICADO**Matérias Relacionadas:**

Requerimento nº 21 de 2023

TRAMITAÇÃO

13/04/2023 CAS - Comissão de Assuntos Sociais**Situação:** REQUERIMENTO PREJUDICADO**Ação:** Prejudicado, em virtude da retirada do PDL nº 32, de 2023.**29/03/2023** CAS - Comissão de Assuntos Sociais**Situação:** REQUERIMENTO APROVADO**Ação:** Na 3ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão de Assuntos Sociais inclui extrapauta e aprova o Requerimento nº 21, de 2023-CAS, de iniciativa do Senador Izalci Lucas, que requer, na Audiência Pública objeto do Requerimento nº 7, de 2023-CAS, seja dado início a um ciclo de debates, em conjunto com a Comissão de Educação, com o objetivo de discutir o papel e as condições das escolas e instituições especializadas no atendimento educacional aos estudantes com deficiência, na perspectiva da inclusão, uma vez que o Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2023, foi retirado.**29/03/2023** CAS - Comissão de Assuntos Sociais**Ação:** Apresentado requerimento (Audiência Pública) na Comissão nesta data às 09:49.**15/03/2023** CAS - Comissão de Assuntos Sociais**Situação:** REQUERIMENTO APROVADO

Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 7, de 2023

TRAMITAÇÃO

Ação: Na 2ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão de Assuntos Sociais aprova o Requerimento nº 7, de 2023, de autoria do Senador Izalci Lucas, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PDL 32/2023, que “susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023, que revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020”.

15/03/2023 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Autuado o Requerimento nº 7/2023. O requerimento vai à publicação.

15/03/2023 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: MATÉRIA EM TRAMITAÇÃO

Ação: Apresentado requerimento (Audiência Pública) na Comissão nesta data às 09:44.

DOCUMENTOS

REQ 7/2023 - CAS

Data: 15/03/2023

Autor: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão de Assuntos Sociais

Ação Legislativa: Autuado o Requerimento nº 7/2023. O requerimento vai à publicação.

Descrição/Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PDL 32/2023, que “susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023, que revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020”.

Listagem ou relatório

Data: 15/03/2023

Autor: Comissão de Assuntos Sociais

Local: Comissão de Assuntos Sociais

Ação Legislativa: Na 2ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão de Assuntos Sociais aprova o Requerimento nº 7, de 2023, de autoria do Senador Izalci Lucas, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PDL 32/2023, que “susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023, que revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020”.

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 2ª Reunião CAS

Requerimento

Data: 15/03/2023

Autor: Senador

Local: Comissão de Assuntos Sociais

Ação Legislativa: Na 2ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão de Assuntos Sociais aprova o Requerimento nº 7, de 2023, de autoria do Senador Izalci Lucas, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PDL 32/2023, que “susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023, que revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020”.

Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 7, de 2023

DOCUMENTOS

REQ 21/2023 - CAS

Data: 29/03/2023

Autor: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão de Assuntos Sociais

Ação Legislativa: Na 3ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão de Assuntos Sociais inclui extrapauta e aprova o Requerimento nº 21, de 2023-CAS, de iniciativa do Senador Izalci Lucas, que requer, na Audiência Pública objeto do Requerimento nº 7, de 2023-CAS, seja dado início a um ciclo de debates, em conjunto com a Comissão de Educação, com o objetivo de discutir o papel e as condições das escolas e instituições especializadas no atendimento educacional aos estudantes com deficiência, na perspectiva da inclusão, uma vez que o Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2023, foi retirado.

Descrição/Ementa: Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2023 - CAS, seja dado início a um ciclo de debates, em conjunto com a CE, com o objetivo de discutir o papel e as condições das escolas e instituições especializadas no atendimento educacional aos estudantes com deficiência, na perspectiva da inclusão, uma vez que o PDL 32/2023 foi retirado.